



De uma agenda regressiva: O movimento Escola Sem Partido e o espírito do tempo

From a regressive agenda: The Movement for Non-Party School and the Zeitgeist

Desde una agenda regresiva: el movimiento Escuela sin Partido y el espíritu del tiempo

Alexandre Fernandez Vaz¹

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis-SC, Brasil

Resumo

O Brasil viveu entre 2018 e 2022 um governo de características inéditas em sua história. Pela primeira vez ascendeu à presidência da República pelo voto direto um candidato que se colocara sempre em posição contrária aos princípios democráticos. Essa posição foi bem sintetizada em sua declaração ao votar, como deputado federal, pelo impedimento da então presidente Dilma Rousseff. Aludindo o golpe empresarial-militar de 1964, declarou que a vitória de então se repetia naquele momento, 2016. A candidatura e o governo de Bolsonaro se alicerçaram em uma agenda econômica ultraliberal associada a uma pauta regressiva nos costumes, com presença importante do extremismo religioso. Nesse contexto atuou com desenvoltura o Movimento Escola Sem Partido. Este ensaio ocupa-se dele em dois movimentos, o de localiza-lo na pauta supracitada e na análise de dois de seus pilares, o anti-iluminismo, representado pela submissão da escola à família, e a repressão sexual, que se materializa na afirmação dos modelos tradicionais de família e na recusa a qualquer expressão que não seja correspondente à heterossexualidade. Tudo o que diverge desse universo é considerado comunismo, no primeiro caso, e ideologia de gênero, no segundo. Argumenta-se ao final, que esses dois pilares destroem a possibilidade de construção de um sujeito autônomo, ao impedirem o pensamento e interditem a experiência do desejo.

Abstract

Between 2018 and 2022, Brazil has experienced a government of unprecedented characteristics in its history. For the first time, a candidate who always had a position contrary to democratic principles rose to the presidency of the Republic by popular vote. He had well summarized that position in his statement when he voted, as a federal deputy, for the impeachment of President Dilma Rousseff. Alluding to the 1964 business-military coup, he declared that the victory of 1964 repeated that of 2016. Bolsonaro's candidacy and government have an ultraliberal economic agenda associated with a

¹ Docente do Departamento de Estudos Especializados em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Doutor em Ciências Humanas e Sociais (Dr. Phil.) pela Leibniz Universität Hannover. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea. Pesquisador CNPq. ORCID id: 0000-0003-4194-3876. E-mail: alexfvaz@uol.com.br.

regressive agenda in customs, with an important presence of religious extremism, as premises. In this context, the Movement for Non-Party School (*Movimento Escola Sem Partido*) finds an important place. This essay presents such Movement in two of its movements, that of locating it in the aforementioned agenda and in the analysis of two of its pillars, anti-enlightenment and sexual repression. The first one is represented by the submission of the school to the family, the second in the acceptance of just traditional family models, as well as in the intolerance for any non- heterosexual body. Everything that diverges from this universe is considered communism, in the first case, and agent of the gender ideology, in the second. In the end, it is argued that these two pillars destroy the possibility of building an autonomous subject, by impeding thinking and interdicting experience.

Resumen

Entre 2018 y 2022, Brasil experimentó un gobierno de características sin precedentes en su historia. Por primera vez, un candidato que siempre se había puesto en posición contraria a los principios democráticos ascendió a la presidencia de la República por votación directa. Esta posición el mismo la resumió bien en su declaración cuando votó, como diputado federal, por el impedimento de la entonces presidenta Dilma Rousseff. Aludiendo al golpe militar-empresarial de 1964, declaró que la victoria de 1964 se repitió en ese momento, 2016. La candidatura y el gobierno de Bolsonaro se basan en una agenda económica ultraliberal asociada con otra regresiva en las costumbres, con una importante presencia de extremismo religioso. En este contexto, el Movimiento Escuela Sin Partido se mueve con facilidad. Este ensayo lo aborda en dos movimientos, ubicándolo en las mentadas agendas y en el análisis de dos de sus pilares, la anti-ilustración, representada por la sumisión de la escuela a la familia, y la represión sexual, que se materializa en la afirmación de modelos familiares tradicionales y por el rechazo de cualquier expresión que no corresponda a la heterosexualidad. Todo lo que diverge de este universo se considera comunismo, en el primer caso, e ideología de género, en el segundo. Al final, se argumenta que estos dos pilares destruyen la posibilidad de construir un sujeto autónomo, al impedir el pensamiento y prohibir la experiencia.

Palavras-chave: Movimento Escola sem Partido, Brasil, Educação para autonomia.

Keywords: Non-party School Movement, Brazil, Education for Autonomy.

Palabras claves: Movimiento Escuela sin Partido, Brasil, Educación para la autonomía.

1. Introdução

Depois do mandato de Jair Messias Bolsonaro, já se sabe como é viver sob um governo de extrema-direita no seio da ordem democrática: guerra permanente com a imprensa, produção ofidiosa de notícias alarmistas e detratórias de adversários, reviravoltas constantes no discurso que com frequência se mostra falso, desprezo pela ciência e pela educação, negligência e mesmo ataques a populações tradicionais e marginalizadas, desqualificação do Estado de Direito e do equilíbrio entre os poderes, entre tantas outras características que mostram uma governança tão coerente em seus propósitos e ações como nociva à democracia.

Evocando o que seria a restauração de certa ordem que havia sido perdida com o processo de redemocratização no Brasil, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1980, Bolsonaro formou-se militar durante os anos da ditadura que aterrorizou o país por mais de vinte anos, de 1964 até 1985 (quando o primeiro presidente civil foi eleito, ainda que indiretamente, pelo Congresso Nacional) ou 1988 (quando a atual Constituição, de forte presença democrática e de oposição ao regime de exceção, foi promulgada), conforme se

divide a interpretação histórica sobre o fenômeno. Como mostra Carvalho (2019), o capitão da reserva do Exército Brasileiro teve carreira apenas regular de cadete a oficial, deixando a caserna logo depois de um episódio controverso em que foi acusado de planejar um atentado a bomba a um reservatório de água no estado do Rio de Janeiro. Condenado pela Justiça Militar, ele recorreu e foi absolvido em instância superior do mesmo Judiciário, em decisão que teria desconsiderado parte significativa das evidências que compunham os autos do processo.

Primeiro vereador na cidade do Rio de Janeiro, em seguida deputado federal por várias legislaturas, representando o estado de mesmo nome, Bolsonaro fez-se político profissional apoiado em violento discurso nacionalista e de defesa da segurança pública, o que inclui o armamento da população, o apoio às polícias militares estaduais e certa simpatia por milícias que dominam faixas inteiras das periferias carioca e fluminense. Manifestando-se inúmeras vezes ao longo de sua trajetória a favor da ditadura civil-militar, defendeu, inclusive, práticas de tortura, assassinato e desaparecimento clandestino. Sua eleição para Presidente da República se deu muito em função da rejeição massiva ao Partido dos Trabalhadores (PT) – contra o qual apareceu como a opção eleitoral mais viável, que estivera no poder durante quatorze anos –, faltando dois para completar o quarto mandato presidencial, quando do impeachment da presidente Dilma Rousseff e pela identificação com uma agenda conservadora nos costumes, promessas de recuperação econômica via reformas ultraliberais, e ameaças severas a opositores, o que chegou a incluir expulsão do país, prisão e assassinato sem direito a funeral. Sim, sem receber a dignidade de um sepultamento, já que ao final da campanha eleitoral de 2018, ao discursar para um grupo de apoiadores por videoconferência, Bolsonaro afirmou que varreria do país a esquerda, restando a alternativa da expulsão ou o destino da “Ponta da praia”. Referia-se a um ponto da Restinga da Marambaia, no Rio de Janeiro, onde a Marinha do Brasil possui uma base. Vários corpos de opositores à ditadura, depois de torturados e assassinados, foram ilegalmente lá depositados para que jamais pudessem ser encontrados.

A contínua desmoralização da política institucional, vista como velha e corrupta, sedimentou as condições para que um parlamentar com quase três décadas de carreira de pouco destaque se colocasse como alternativa viável para um eleitorado insatisfeito com os governos anteriores e intoxicado pela massiva campanha midiática do ativismo judiciário, liderado pelo então Juiz Federal de Primeira Instância, Sérgio Moro, logo alçado à condição de Ministro da Justiça e da Segurança Pública. O candidato Bolsonaro, por seu turno, correspondeu a uma imagem muito comum dos líderes do populismo de direita, certa vez descrita da seguinte maneira por Theodor W. Adorno:

um dos dispositivos básicos da propaganda fascista personalizada é o conceito de “pequeno grande homem”, uma pessoa que sugere tanto onipotência quanto a ideia de que é apenas um do povo, um norte-americano pleno e viril, não maculado por riqueza material ou espiritual. A ambivalência psicológica auxilia a operar o milagre social. A imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor em se submeter à autoridade e ser ele mesmo a autoridade. Isso convém a um mundo em que o controle irracional é exercido ainda que tenha perdido sua evidência interna devido ao esclarecimento universal. As

peças que obedecem aos ditadores também percebem que estes são supérfluos. Elas reconciliam essa contradição ao assumirem que elas mesmas são o opressor brutal (2015, p. 172).

A aparência de normalidade de uma posição que, no seio da democracia, expressa-se contra a sua existência, é não apenas incongruente, mas intolerável. Ela se mostra no paradoxo de haver elegido em 2018 um candidato a presidente que se mostrou desde sempre antidemocrático. Não faz sentido falar em liberdade de opinião sob um regime democrático se isso significa a possibilidade de atacar impunemente as bases da democracia. Tudo isso se agrava ainda mais quando se considera que a própria Carta Constitucional, como é o caso da brasileira, proíbe enfaticamente que se atue contra a ordem democrática. A liberdade, um dos pilares de uma democracia moderna, não pode ser pretexto para o seu próprio fim.

A agenda que sustentou o candidato e que ele, por sua vez, sustentaria no poder, corresponde ao que Herbert Marcuse (1969) chamou de contrarrevolução, ou seja, o movimento que se dedica, diretamente e de maneira muito ativa, a combater os impulsos de avanço social já perpetrados ou em vias de acontecer. A agenda compunha-se de motivos interligados; entre eles e um dos mais importantes para a manutenção da conflagração permanente que constitui o *modus operandi* de Bolsonaro, a educação. Para um tipo de pensamento que se vê representado no ex-capitão, a escola brasileira seria doutrinária e boa parte dos professores não apenas estariam no campo político da esquerda, como preparariam as crianças e jovens para que se tornassem militantes (de esquerda, ou “comunistas”), com o conseqüente incentivo a tomar parte de manifestações político-partidárias fora da escola. Como o ensino dos conteúdos seria tendencioso, outras versões explicativas dos fenômenos, que não as esquerdistas, seriam desprezadas – a exemplo do criacionismo, ofuscado pela dominância da teoria da evolução, posto como alternativa para o esclarecimento da origem e desenvolvimento da vida sobre a Terra. Além disso, a escola desrespeitaria a formação moral oferecida em casa pelas famílias de seus alunos, e os professores, apoiados na “ideologia de gênero”, queriam convencer os alunos de que homens e mulheres não existem, senão que as pessoas se tornam um ou outra conforme a própria vontade ou, muito pior, pela imposição alheia. Com isso professariam um discurso francamente absurdo porque contra a natureza e, mais que tudo, questionador da ordem divina. Vale destacar que a crítica ao código binário e a admissão de que pessoas possam orientar-se para além dele sequer são consideradas.

Esse ideário, que é uma das formas em que se exprime o *Zeitgeist*, alcança uma de suas sínteses no movimento Escola sem Partido (ESP). Trata-se de uma organização horizontal que atua nos planos social, legislativo e judiciário. No que se refere ao primeiro, mantém portal na internet, onde disponibiliza conteúdo de orientação para aquelas famílias que entendem que seus filhos vêm sendo doutrinados. Ademais, incitam a realização de denúncias por parte de alunos e suas famílias, inclusive com a recomendação aos primeiros de registrarem em fotografia, vídeo e áudio discursos e atividades que seriam doutrinários. Na esfera legislativa, pretendem a aprovação de leis municipais, estaduais e federais que controlem o trabalho docente, como a fixação, entre outros dispositivos, em cada sala de aula, de um cartaz determinando as obrigações do professor, com destaque para a não doutrinação política e para o

respeito à formação moral e religiosa que cada criança e jovem traz do convívio de sua família. Na esfera judiciária, assessoram na confecção de processos contra professores e escolas que supostamente fazem doutrinação ideológica.

Para estes senhores, a imagem que sintetiza toda e qualquer abordagem educacional de natureza crítica a ser combatida (em redução de um simplismo absoluto) é a do educador Paulo Freire, mundialmente conhecido pela defesa de uma educação libertadora, exilado durante a ditadura civil-militar e autor de duas dezenas de livros, alguns deles com muitas edições em diversos países. Freire é um dos vértices da educação crítica que se reinstala teoricamente no Brasil no final dos anos 1970, com a importante contribuição, entre outros, de Dermeval Saviani e toda a pesquisa que promoveu na direção do que chamou de pedagogia histórico-cultural.

Comentar algumas das linhas do ESP interessa aqui não exatamente por causa do movimento em si, mas do espírito que ele alinha e a forma com que sintetiza objetivamente esse impulso “pós-fascista”, estágio ainda algo indefinido como projeto, composto de traços importantes do fascismo tal como o que conhecemos, aditivando-o, no entanto, com novos pontos que lhe seriam até mesmo contraditórios, conforme interpreta Enzo Traverso (2019). As linhas desse processo vão se desenhando em várias partes do mundo, e no que se refere ao Brasil elas ganham ares de atualização da cadeia histórica do autoritarismo. O momento atual é, portanto, mais um estágio no longo e difícil processo das lutas pela democracia moderna, regime que, como lembra Michael Löwy (2016), nunca foi predominante – em seu lugar, segundo explica, foi hegemônico o estado de exceção. No tocante ao problema brasileiro, não se pode desconsiderar que a democracia segue sendo o mal-entendido que Sérgio Buarque de Holanda (2016) notou há tantas décadas atrás.

Há pouco mais de sessenta anos, Adorno (1997a) cunhou a expressão semiformação (*Halbbildung*) para designar a ancoragem, na educação, dos esquemas da indústria cultural. Como se sabe, o filósofo se referia à degradação do projeto educacional consagrado sob o nome de *Bildung*, aquela formação, em chave humanista, destinada à autonomia do sujeito por meio das ciências e das artes, o que inclui a compreensão de seus pilares e de suas consequências para a vida. A semiformação não seria, no entanto, um momento intermediário do caminho formativo, mas sua interdição. Que o ESP seja um movimento possível hoje não é exatamente uma expressão da semiformação tornada regra, mas sim da não formação generalizada, já que o que ainda havia de resquício do projeto da *Bildung* parece ter desaparecido por completo, e por isso a expressão *Bildungslosigkeit*, empregada por, entre outros, Detlev Claussen (2013), é um acerto.

Se nos anos 1980 e sobretudo na década seguinte, em meio aos esforços da redemocratização possível, formar um aluno crítico era uma palavra de ordem que, de tão imprecisa e repetida chegou a desgastar-se, tornando-se em algum momento não mais que um jargão, agora nem mais isso parece ser necessário. Ou seja, não há disfarce ou tentativa de engano – observe-se que o subtítulo do capítulo sobre indústria cultural em “Dialética do esclarecimento” é *o iluminismo como logro das massas (Die Aufklärung als Massenbetrug)* –, como quando se promete algo que não será cumprido. Coloca-se, em seu lugar, a simples e direta admissão de que a escola deve ignorar ou mesmo opor-se aos avanços da ciência e da democracia, confirmando preconceitos que as crianças trazem de casa, que recebem como orientação de segunda-mão, como destaca

Adorno (1971), por parte da família. Segundo tal posição, os discursos religiosos devem prevalecer frente à ciência, à filosofia, às artes, e as contribuições dos estudos de gênero serão banidas – até mesmo a palavra gênero há de ser evitada, a exemplo de municípios cujos documentos não mencionam sequer, por zelosa precaução, a expressão “gêneros alimentícios”. Ao contrário da simples confirmação do que o ambiente familiar transmite, a escola, ensinava o filósofo em uma conferência sobre a relação entre cristãos e judeus, em 1962, haveria que ensinar às crianças que nem tudo que reluz é ouro no que dizem os pais – e, podemos agregar, no que diz qualquer outro adulto que mantenha sob sua responsabilidade crianças e jovens (ADORNO, 1971).

O Supremo Tribunal Federal já considerara que as demandas do ESP são inconstitucionais, de forma que todos os esforços para que dele derivassem leis malograram. Respeita-se, portanto, o espírito da atual Constituição que, apesar de muito emendada e remendada, segue no ordenamento democrático da Assembleia Nacional Constituinte que a construiu entre 1986 e 1988, na transição do governo civil de José Sarney, após a última ditadura que tivemos. É, no entanto, o caso de se perguntar sobre as condições que tornaram possível que um movimento como este se materializasse, fazendo-se sintoma de anti-iluminismo, regressão e perseguição a grupos socialmente vulneráveis.

Ocupo-me do ESP considerando-o sob dois pontos de vista. Um deles é observá-lo como parte de uma agenda regressiva sintetizada, talvez, na retórica segundo a qual o comunismo – sempre apresentado em versão difusa, imprecisa, caricata – seria uma constante ameaça que nos espreita. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas acabou, a China se fez capitalismo de Estado, Cuba, a pequena ilha cuja força sempre foi mais imaginária que real, define tristemente, isolada, e o comunismo permanece apenas como um elemento conceitual em proposições como as de Alan Badiou e Slavoj Žižek². Sob tal agenda se coloca a posição de que a escola seria um local de doutrinação de alunos e alunas, assim como da “ideologia de gênero” e da “cultura degenerada”, o que justificaria estratégias como a “cura gay”. O segundo, derivado do primeiro, refere-se à circunscrição de dois de seus pilares mais importantes, o anti-iluminismo e a repressão à sexualidade.

Para tanto, apresento um breve panorama do avanço político e no campo das ideias de movimentos reacionários, recapitulando suas diferenças com o neoliberalismo, em especial na esfera dos costumes. De que modo o Brasil contemporâneo se insere nesse processo é o tema a seguir; atendo-me a dois dos pontos centrais do ESP (que comparece como fio condutor em todo o trabalho): a proibição do pensamento e a interdição da experiência do desejo.

2. Uma agenda reacionária em simultaneidade global

Em termos globais, pelo menos no que se refere ao Ocidente, o quadro da ordem neoliberal – modo de organização do capitalismo, não apenas como *modus economicus*, mas como dispositivo (forma de vida) – ganha contornos

² Além do mais, as versões totalitárias que advogaram a herança anticapitalista, foram criticadas por toda Nova Esquerda, tanto europeia quanto americana, e tal crítica está, em boa medida, na base da criação do Partido dos Trabalhadores, ocorrida no início dos anos 1980. Os descaminhos do PT – tão importantes quanto a enorme contribuição que o partido tem dado para a democracia no Brasil – não nos autorizam a esquecer seu impulso libertário. Talvez a melhor reflexão crítica recente sobre a esquerda e suas possibilidades de reconstrução democrática seja a de Ruy Fausto (2017).

mais precisos pelo menos desde a conhecida formulação de Margaret Thatcher, Primeira-ministra da Inglaterra entre maio de 1979 e novembro de 1990, segundo a qual não haveria alternativa a este modelo, dada a falência do estado de bem-estar social que na Europa marcou os anos 1970. Isso prenuncia, em diferentes medidas, o que aconteceria nos anos posteriores em diferentes lugares do mundo, com o que se considerava – e ainda se considera – a socialdemocracia. Os governos do Partido Trabalhista, no Reino Unido, com Tony Blair, e do Partido Socialdemocrata, na Alemanha, com Gerhard Schröder, são exemplos desse processo entre os europeus, e não é sem importância que um livro de Anthony Giddens (2013), conselheiro político do trabalhismo britânico, publicado em 1994, se intitule *Beyond Left and Right: The Future of Radical Politics*. Nos anos seguintes foram vários os seus trabalhos que carregavam no título a expressão *terceira via*.

Esse foi um processo que teve seus ecos também no Brasil, que, até então, jamais tivera políticas de fato abrangentes e promotoras de seguridade e social. As coalizões lideradas pelo Partido dos Trabalhadores, com Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016, sem completar o segundo mandato, retirada por um golpe parlamentar), e em alguma medida a conduzida durante oito anos por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) expressam movimento semelhante no país³.

Esse processo atinge as expectativas sobre o sujeito contemporâneo, que nos marcos do neoliberalismo é aquele capaz de gerir a si mesmo a partir das tecnologias de produção da vida que lhe estão disponíveis e são continuamente renovadas. O individualismo extremo, o fervor pelas biografias (que se acelera, mas é fenômeno antigo, analisado, por exemplo, por Leo Löwenthal nos anos 1920), a proliferação da autoajuda, a crença nos poderes infinitos do cérebro (que Francisco Ortega [2008] chamou de *sujeito cerebral*) e na “reprogramação linguística”, o aprender a aprender, o empreendedorismo, o *coaching*, a educação à distância, a substituição da política pela economia, a recusa farmacológica a qualquer tipo de frustração ou mal-estar e a infantilização dos adultos são fenômenos que compõem esse quadro que é, como sugere Michel Foucault (2004) o de fazer viver (a alguns) e deixar morrer (a muitos).

De certa forma, o neoliberalismo vem encontrando um limite e talvez um momento de autossupressão, mesmo que isso não signifique necessariamente um avanço. Os populismos de direita, que emergiram com virulência em várias partes do mundo, implodiram o consenso neoliberal, mesmo que não tenham alterado as bases econômicas nas quais o modelo se alicerça. Em termos imaginários, as forças reacionárias se insurgem contra as elites, entre elas as intelectuais, com frequência associadas às posições à esquerda – o que inclui seu apoio às políticas igualitárias e redistributivas, fortemente criticadas pelo conservadorismo mais regressivo. Inaugura-se algo que, se não é novo, encontra hoje uma efetividade inédita, que é a aliança entre agenda ultraconservadora nos costumes e pauta ultraliberal na economia.

O radicalismo de direita vê-se, não raro, associado ao extremismo religioso ou, pelo menos, a uma posição que não separa de forma enfática Estado e religião, um dos pilares da democracia moderna. Parece que uma das importantes promessas do Iluminismo não se concretizou de maneira enfática,

³ Sem ser este o lugar para aprofundar a questão, remeto o leitor a Chantal Mouffe (2018), para o caso da Europa, e a Tales Ab'Saber (2010, 2015) e a Roberto Schwarz (2019), em se tratando do Brasil.

de forma que o que vimos no século passado e nas duas primeiras décadas do presente foi o malogro da secularização.

O breve interstício temporal que vai da Primeira Guerra e da Revolução Russa até a queda do Muro de Berlim⁴, chamado por Eric Hobsbawm (2020) de *Short Century*, viu uma única revolução teocrática, a dos aiatolás no Irã, o que, se não deixa de ser algo inusitado, tem lá seus motivos mais ou menos compreensíveis, em especial a revolta contra o corrupto Xá Reza Pahlavi. Surpreendente acontecimento porque a revolução como fenômeno é uma das marcas da modernidade e se estrutura como ação de ruptura histórica em marcos essencialmente republicanos. No Irã, apesar do entusiasmo inicial de muitos, entre eles Michel Foucault (2019), o caráter teocrático do governo só se fez, desde então, mais nítido.

Não se pode deixar de observar que, entretanto, o fundamentalismo no Oriente Médio também ganhou força, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, como expressão da Guerra Fria, dado o apoio dos dois grandes blocos de poder (Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, e Pacto de Varsóvia) a um ou outro oponente – guiados por interesses estratégicos diversos, entre eles as reservas de petróleo – nas várias disputas na região, assim como pela posição estratégica de Israel, país alinhado e fortemente apoiado pelos Estados Unidos.

O século XXI está assistindo a um consistente recrudescimento da força política das religiões fundamentalistas também no Ocidente. Que o Brasil se encontre sob o risco da constituição de um Estado Teocrático, com um presidente da República clamando por membros do Judiciário que sejam “terrivelmente evangélicos”, é exemplar, assim como as reuniões com pastores no Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República de um país constitucionalmente laico e religiosamente plural. Soma-se a isso a recente nomeação de um Ministro da Educação que é Pastor Presbiteriano. É evidente que isso seria desimportante, já que a liberdade religiosa é direito constitucional, não fosse suas manifestações públicas em anos recentes a respeito da educação infantil e da experiência universitária contemporânea, ambas enraizadas em sua visão de mundo religiosa.

Joga nesse processo, ademais, a ascensão massiva nas últimas décadas do movimento neopentecostal, que junto com as igrejas evangélicas tradicionais chega a ter hoje algo em torno de quarenta milhões de fiéis. Há uma forte bancada evangélica na Câmara dos Deputados e as igrejas possuem redes de televisão e rádio, programas sociais diversos e programação cultural intensa. De forma muito rápida o catolicismo, ainda a maior confissão religiosa no Brasil, ganhou um rival potente e que sabe construir base social e disputar cargos políticos⁵.

O malogro da secularização se dá, então, no interior de um processo mais amplo e mais intenso, de conservadorismo extremo e de radicalismo de direita no mundo. Alguns governos, na Europa e nas Américas, assim como a

⁴ O próprio Hobsbawm ponderou, anos depois da publicação de seu livro, que talvez o ataque às Torres Gêmeas de 11 de setembro de 2001, tenha sido um novo marco para o fim do século, e não mais o fim do socialismo realmente existido. Recentemente, coloca-se a pandemia da Covid 19 como nova baliza, quase exatos 100 anos depois do fim da Primeira Guerra Mundial. Não é simples o tema da cesura histórica.

⁵ Sobre a ascensão na política institucional de representantes do Neopentecostalismo, bem como da organização geral do movimento, vale a pena a leitura de Andrea Dip (2018).

presença de movimentos e partidos extremistas compondo ou desafiando governos democráticos nesses mesmos continentes, são exemplos desse processo.

Atualiza-se, ademais, a advertência feita por Theodor W. Adorno (1995a) nos anos 1960, segundo a qual seria mais perigosa a permanência do fascismo em regimes democráticos do que em momentos de exceção. Dizia ele em uma conferência sugestivamente chamada *O que significa elaborar o passado*: “Considero a sobrevivência do nacional-socialismo na democracia como potencialmente mais ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas contra a democracia. A corrosão por dentro representa algo objetivo; e as figuras ambíguas que efetivam o seu retorno só o fazem porque as condições lhes são favoráveis” (p. 30). Posição que o filósofo, aliás, manifesta em outros escritos e intervenções públicas nos anos 1960, como naquela já citada conferência para estudantes austríacos em 1967 (ADORNO, 2019).

3. Uma agenda regressiva

O movimento ESP deve ser entendido como parte da agenda regressiva que emergiu com vigor nos últimos anos no Brasil, mas isso não significa que pensamento e práticas autoritárias não estivessem já presentes no país há muito tempo. Ao contrário, o autoritarismo, a baixa estima à democracia e o rarefeito republicanismo são marcas estruturais da nação, que desde sempre lhe dão conteúdo e moldura. Mas é o caso de observarmos a forma que os impulsos autoritários alcançaram, perfazendo uma agenda no contemporâneo, que, uma vez mais, assume, como no início destacado, feição contrarrevolucionária.

Esta agenda se compõe pelo já citado medo do comunismo que estaria à espreita: vivíamos sob comunismo, mas não sabíamos; o comunismo⁶ tentou ser implantado já desde Fernando Henrique Cardoso; o Brasil corria sério risco de se transformar em um país como a Venezuela; havia um plano para roubar a liberdade dos cidadãos; o programa Mais Médicos visava desenvolver, com os profissionais cubanos que nele atuavam, focos guerrilheiros para a tomada do poder no Brasil (que nesse momento era governado pela coalizão liderada PT) etc. Nossa insuficiente consciência histórica fica patente nesses momentos, em especial se observarmos que o comunismo, como movimento da geopolítica internacional, nunca foi de fato uma ameaça no Brasil. Foi, ao contrário, o pretexto para Getúlio Vargas instituir a ditadura do Estado Novo, em 1937, assim como para o golpe militar de 1964.

Parece que cada vez em que há um avanço na justiça social, é necessário, para a manutenção dos privilégios de classe, que haja uma quebra institucional. Isso talvez aconteça porque a cíclica aposta na conciliação de classes invariavelmente chega ao esgotamento, com demandas que não podem ser atendidas sem que haja ruptura que, por sua vez, não encontra as condições necessárias para acontecer. Foi o que de certa forma aconteceu em 1964 e novamente com o impedimento de Dilma Rousseff em 2016. Não deixa de ser

⁶ Uma das características da agenda regressiva é a retomada do vocabulário da Guerra Fria, cuja retórica abusava das ameaças, fantasias, complôs etc. Naquele processo, que inclui o golpe de 1964 como um de seus episódios, o Brasil se colocava como membro da OTAN, sob liderança estadunidense, contra o Pacto de Varsóvia, liderado pela extinta União Soviética. A Guerra Fria teve na disputa de informação e contrainformação um de seus palcos e, em seu interior, a batalha do vocabulário.

emblemático – tanto quanto perverso, aliás – que o então deputado Jair Bolsonaro tenha pronunciado, ao votar pela não continuidade da então presidente da República, as seguintes palavras: “Perderam em 64, perderam agora em 2016”. A atualização do espírito da ditadura empresarial-militar se dava naquele golpe contra a presidente, encontrando seu destino dois anos depois, com a eleição de um candidato que despreza a democracia.

Vale repetir, aliás, que o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT), que esteve na liderança do governo federal por quatorze anos, nasce no início dos anos 1980 também como expressão crítica das práticas estalinistas, bem como do modelo sindical perpetrado pelo Estado Novo, pelo menos em sua face política. Isso não isenta o PT da necessária crítica por erros e crimes cometidos por filiados seus, mas é preciso colocar as coisas nos seus lugares, já que a narrativa histórica difusa – e mesmo simplesmente falsa – só ajuda a justificar atos autoritários do presente.

Outro ponto da mesma agenda é a censura cultural, estruturada sob o discurso de uma guerra contra o que seria a hegemonia marxista (em especial orientada pelos escritos de Antonio Gramsci) na produção e veiculação da cultura. O vocabulário lembra o dos regimes totalitários, com o nazismo e o estalinismo, em que se falava, referindo-se ao surrealismo e ao dadaísmo, por exemplo, em arte degenerada. Se hoje já não é possível dizer o que pertence ou não à categoria da arte, já que os limites do fazer artístico se alargaram de forma inefável – Adorno (1997b) lembra em sua *Teoria Estética* que nesse campo nada é evidente ou explica-se por si mesmo, nem mesmo o direito à existência –, algo que também pode ser dito, ainda seguindo Adorno (1997c), é que não é legítimo que ela faça esquecer o sofrimento, que seja como um narcótico ou analgésico. Com isso não me refiro ao possível efeito apaziguador proporcionado pela grandeza de uma experiência estética, mas ao movimento dos esquemas da indústria cultural que fazem cessar a ação dos sentidos e o trabalho do conceito. Um sintoma dos efeitos deletérios desse esquecimento é o mal-estar causado por um discurso ou obra de arte que denuncie, pelo conteúdo ou pela posição formal frente a um fenômeno, o Mal. Imediatamente vem a reação segundo a qual isso já passou e não se quer reabrir feridas do passado.⁷

Ao mesmo tempo, não há como não haver transgressão na arte, porque de outra forma as expressões estéticas de uma experiência histórica, não podem emergir. Expor arte transgressora em um museu é, no entanto, um ato até

⁷ Uma revolução cita a outra, escreve Walter Benjamin (1977) em “Sobre o conceito de história”. Uma ditadura evoca outra, nem que seja como mal-estar, de forma que o que Adorno (1995a) escreveu sobre a reelaboração da experiência do nacional-socialismo na Alemanha se encaixa, amargamente, com facilidade em nossas dificuldades de recordar, para um dia poder superar, o violento trauma da ditadura empresarial-militar: “Apagar a memória seria muito mais um resultado da consciência vigilante do que resultado da fraqueza da consciência frente à superioridade de processos inconscientes. Junto ao esquecimento do que mal acabou de acontecer ressoa a raiva pelo fato de que, como todos sabem, antes de convencer os outros é preciso convencer a si próprio. Por certo as motivações e os comportamentos assumidos não são diretamente racionais, na medida em que deturpam os fatos a que se referem. Porém eles são racionais no sentido em que se apoiam em tendências sociais, e que quem reage deste modo se sabe identificado ao espírito da época. O progresso individual de quem reage nesses termos é favorecido de imediato. Quem não se ocupa com pensamentos inúteis não joga areia na engrenagem. Recomenda-se falar nos termos que Franz Böhme caracterizou com muita propriedade como a ‘opinião não-pública’. Os adeptos de um clima mantido nos limites dos tabus oficiais e, por isto mesmo, um clima mais virulento, classificam a si próprios como simultaneamente independentes e partidários”. (p. 33-34).

mesmo conservador (e nem por isso menor ou pouco importante), já que esse espaço sacraliza o objeto – nos termos de Giorgio Agamben (2005), tira algo do seu uso ou mesmo produz uma obra para que não tenha uso, ou seja, para que esteja livre da utilidade porque é na possibilidade da fruição estética que ela ganha legitimidade. Ali algo está para ser admirado, contestado e mesmo negado por alguém cuja relação com o objeto se dá no contexto voluntário de dirigir-se a ele. O museu, ao mesmo tempo em que oferece à arte um lugar privilegiado de exposição, enclausura-a, preserve-a, protegendo também os que a ela se dirigem em seu interior.

Compõem o mesmo quadro as críticas que se dirigem ao que seria a ditadura do politicamente correto. A ofensiva vem de grupos ressentidos com os novos protagonismos de grupos sociais antes marginalizados, encontrando lugar de realização no rechaço às ações afirmativas para ingresso no ensino superior público e nas carreiras de estado. Muitos países, inclusive os Estados Unidos da América, insuspeito de comunismo, empregam ou empegaram ações afirmativas ao longo de sua história. Um direito social não é um direito natural. Adorno (2019) já chamava a atenção para a emergência de grupos reacionários em momentos em que frações de classe perdem privilégios.

Minhas Senhoras e meus Senhores, quero partir do fato de que as condições sociais, quando não imediatamente políticas, do movimento fascista, apesar de sua derrota, de qualquer forma permanecem. Penso principalmente na tendência de concentração ainda predominante do capital, que pode ser disfarçada por todo o tipo de artifício estatístico, mas da qual não se pode seriamente duvidar. Essa concentração tendencial significa, por outro lado, a possibilidade da perda perene da posição de classe de certos estratos sociais. Com sua consciência de classe subjetivamente burguesa, insistem em manter seu status e, se possível, fortalecê-lo. Esses grupos inclinam-se ao ódio ao socialismo, ou ao que eles designam como tal, de forma que jogam a culpa por sua potencial decadência de classe não ao aparato social que a produz, mas àqueles que uma vez tiveram status, e que se colocaram, ainda que com ideias tradicionais, contra o sistema. Se hoje ainda o fazem, se sua prática hoje é esta, aí já é outra pergunta⁸ (ADORNO, 2019, p. 10).

⁸ *Ich möchte also davon ausgehen, meine Damen und Herren, daß die Voraussetzungen faschistischer Bewegungen trotz des Zusammenbruchs gesellschaftlich, wenn auch nicht unmittelbar politisch, nach wie vor fortbestehen. Dabei denke ich in erster Linie an die nach wie vor herrschende Konzentrationstendenz des Kapitals, die man zwar durch alle möglichen statistischen Künste aus der Welt wegrechnen kann, an der aber im Ernst kaum ein Zweifel ist. Diese Konzentrationstendenz bedeutet nach wie vor auf der anderen Seite die Möglichkeit der permanenten Deklassierung von Schichten, die ihrem subjektiven Klassenbewußtsein nach durchaus bürgerlich waren, die ihre Privilegien, ihren sozialen Status festhalten möchten und womöglich ihn verstärken. Diese Gruppen tendieren nach wie vor zu einem Haß auf den Sozialismus oder das, was sie Sozialismus nennen, das heißt, sie verschieben die Schuld an ihrer eigenen potentiellen Deklassierung nicht etwa auf die Apparatur, die das bewirkt, sondern auf diejenigen, die dem System, in dem sie einmal Status besessen haben, jedenfalls nach traditionellen Vorstellungen, kritisch gegenübergestanden haben. Ob sie das heute noch tun und ob ihre Praxis das heute noch ist, das ist eine andere Frage.*

É inevitável pensar em algo que, ao que parece, não foi ainda suficientemente pesquisado entre nós, o ressentimento em relação às ações afirmativas, as quais, no mais das vezes, uma conquista política nem sempre consensual na sociedade. Quando se fala em democracia o que está em jogo é, como se sabe, a ampliação de direitos e a redução das desigualdades. É disso que se trata quando são propostas ações afirmativas de gênero, raça e etnia e fração de classe, além das que favorecem grupos de deficientes. São aberturas de vias de acesso a grupos sociais historicamente excluídos da sociedade brasileira. Há mais de cinquenta anos, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014) mostraram que o ingresso na universidade francesa estava longe de ter como critério central o mérito dos candidatos, desmascarando o que conhecemos por meritocracia. Isso em uma sociedade que, pode-se dizer, inventou a república moderna e que leva no pórtico de cada uma de suas escolas públicas a inscrição Liberdade, Igualdade e Fraternidade, palavras de ordem da Revolução Burguesa de 1789. Se em uma democracia consolidada, malgrado todas as suas imperfeições, como é a França, as diferenças sociais e culturais são determinantes para o ingresso no ensino superior, o que se pode esperar da sociedade brasileira? Sem democracia fortalecida, tampouco republicanismo (SCHWARCZ; STARLING, 2015, 2018), o abismo social é ainda maior e as políticas de ação afirmativa têm cumprido a função de minimizar, ainda que “por cima”, algumas das radicais discrepâncias vividas no Brasil.

Outro ponto importante da agenda regressiva na cultura é o conjunto de críticas aos financiamentos que, diretamente ou por meio de isenção fiscal, o Estado, geralmente por meio de editais, destina à produção cultural. Pode-se discutir prioridades e se esses recursos não eram por demais destinados a propostas com forte apelo comercial, iniciativas que podiam ser sustentadas pelo retorno financeiro que auferiam no mercado de entretenimento. Mas não se garante democracia sem diversidade cultural e esta é uma regulação que não está na alçada, tampouco no interesse, do mercado. A cultura não avança sem experimentação, sem alargar os próprios limites impostos pela tradição e sem competir com os ditames comerciais. Este não pode ser o árbitro para a existência ou não de artefatos culturais pelo simples motivo de que o mercado é uma parte da sociedade – num modo de viver capitalista, uma face importante dela –, mas não coincide com ela. Apoiar a cultura que não se sustenta sob os esquemas da indústria cultural é um passo fundamental para a democracia.

4. Escola como destino

Escola sem partido é a rubrica sob a qual vários grupos espalhados pelo país têm defendido a urgência de que haja neutralidade na prática pedagógica escolar, em especial no que se refere ao tratamento dos conteúdos e às relações em sala de aula. É razoável pensar que há casos de autoritarismo e intimidação de professores sobre alunos, e de proselitismo político, assim como há o de tipo religioso, para ficarmos em dois exemplos. Nada disso é permitido na educação escolar, de modo que não é necessário que mais uma lei seja instituída, mas que se garanta o adequado ambiente de diálogo em sala de aula. No século XVIII, Kant marcava a importância de se atuar, no âmbito do desempenho de uma função pública, no dever vocacional. O exercício do que o filósofo de Königsberg chamou de razão privada diz respeito exatamente a isso, ou seja, à função socialmente estabelecida para um cidadão. Professores, portanto, devem

ensinar sua disciplina. Em uma sociedade em que possa haver Estado de Direito, isso é fundamental, mas não significa que a liberdade docente, que passa pela interpretação e expressão de sua área de conhecimento, deva ser tolhida. Mais ainda porque os alunos passam, ao longo dos muitos anos de escolarização, por distintas salas de aula e uma infinidade de professores, certamente nem todos com as mesmas posições. Por outro lado, proteger crianças e jovens da atuação “perniciosa” de um professor é também subestimar esses alunos, vê-los como se fossem marionetes. Observe-se que a escola é um dos dispositivos educacionais em meio a muitos, como redes sociais e mídias diversas.

Há que lembrar do Adorno (1995b) de *Tabus sobre o magistério*, que sugere que os professores se assumam como sujeitos que desejam e que, portanto, vivem lacunas, faltas, angústias, e que isso seria muito melhor do que, em nome de suposta justiça baseada numa fortaleza de neutralidade que se exigira que ele fosse, agir de maneira injusta, alimentada por toda a sorte de recalques, tentando sustentar uma posição impossível de um ser não-lacunar, sem desejos, preferências ou simpatias. O mesmo poderia ser pensado nos termos da posição política. Melhor seria que cada um não tentasse esconder sua posição política e que ela, em ambiente de maturidade educacional, pudesse vir à tona. Se a escola é aquela instituição que, diferente da vida doméstica que se tem nos lares de origem, prepara para a vida pública, então a política, assim como tantos outros temas, estará presente na formação, mesmo que, seguindo a proposição de Hannah Arendt (1993), ela não seja, como não é, uma ação política. Não pode haver política, lembra Arendt, em uma relação que é por definição determinada pela diferença de patamares, uma relação entre não iguais em suas diferenças. Isso não precisa ser escamoteado, tampouco a posição política do professor e o que pensa sobre a sociedade, a história ou mundo.

Não deixa de ser curioso que os defensores do ESP empreguem o sentido de ideologia (de gênero), ainda que de forma restrita, conforme a interpretação consagrada por Lênin – a de uma visão de mundo (*Weltanschauung*) e não de visão parcial e incompleta, porque não universal, como aparece em Marx, como crítica (*Ideologiekritik*). A ideologia de gênero, cuja origem estaria em eventos católicos do final dos anos 1990 (DIP, 2018), seria uma tentativa de fazer propaganda e mesmo de tentar convencer os alunos de que seria normal que meninos não se identificassem com a masculinidade hegemônica, e que as meninas, igualmente, com aquilo que é tradicionalmente entendido como papel das mulheres.

Não se trata de ideologia, tampouco de propaganda, mas do simples esclarecimento de que as possibilidades humanas nos termos da identidade de gênero são muitas e com frequência com pouca delimitação e fixidez, e que isso pode ser vivido sem culpa ou medo. Há uma longa história dessa luta, que passa, entre outros pontos, por sacar a homossexualidade do rol de patologias e crimes, situação que, aliás, perdura em vários países do mundo.

Além disso, a noção de normalidade é profundamente autoritária porque busca, fundamentalmente, a exclusão dos que não seriam normais, elegendo pessoas que se veem estigmatizadas e vítimas de preconceito. Ademais, o regime de heteronormatividade em que vivemos contém a propaganda incessante dos papéis fixos e “aceitáveis” de gênero. É recente, por exemplo, a presença de lésbicas em capas e mesmo em reportagens de revistas destinadas ao público feminino. Toda a sociedade, ou quase toda, é heteronormativa; é

razoável, então, que haja um movimento para desconstruir ou ao menos dirimir os efeitos da opressão que isso implica. Por isso é tão bizarra a ideia de um dia de “orgulho hétero”. Não se luta por uma sociedade homonormativa, mas pelas possibilidades diversas de autoafirmação. Se a democracia trabalha no rumo da ampliação dos direitos, o alargamento das possibilidades de afirmação subjetiva deve fazer parte de seu programa – ou, nos termos de Adorno, buscar o estado de coisas em que seja possível o seguinte: “a melhor condição a ser pensada [é] aquela em se possa, sem medo, ser diferente”⁹ (ADORNO, 2001, p. 185, tradução minha).

5. Contra o conceito, contra a experiência

Como antes colocado, para o ESP, as crenças familiares das crianças e adolescentes, em especial no que se refere às radicações religiosas, devem ser respeitadas – o que inclui a relativização de discursos científicos, a exemplo da teoria da evolução e a genética, que deveriam ser ponderadas por discursos alternativos, como o criacionismo. Em relação à ideologia de gênero, haveria uma determinação divina e natural em relação ao sexo, em demarcação binária que separa estritamente pessoas do sexo masculino das do feminino.

A primeira preocupação parece ter como principal problema a dúvida da ciência, da força da razão e da lógica, em favor da crença, em movimento anti-iluminista que, longe da autocrítica científica, tão importante e necessária, renega a razão. Só o que pode ser posto em dúvida é aquilo que não é dogma, que pode ser demonstrado por evidências, por testagem que reproduza as condições naturais de um fenômeno ou por um constructo teórico bem delimitado e logicamente argumentado. Isso se encontra também no segundo ponto, de forma que pouco importa o que a ciência – em versões da Antropologia, Psicologia, História e Sociologia, mas também a Biologia – diz das possibilidades de masculinidades, feminilidades, ou dissonâncias em relação ao código binário; importante seria o dogma, a crença, a distinção. Ao mesmo tempo, não é importante se o desejo – condição por meio da qual o sujeito se constrói – e todos os condicionantes culturais e sociais, podem levar à construção de diferentes corpos, de maneira que todo o risco de indeterminação, condição fundamental para a experiência, deve ser evitado ou aniquilado.

Os dois ataques centrais do ESP são o anti-iluminismo e a repressão sexual. Ou seja, é contra o conceito e contra a experiência que o movimento se dirige. Liberdade de pensamento e liberdade sexual são seus dois grandes inimigos. Por um lado, isso agride um dos grandes ganhos da escola pública moderna, aquela que tem origem na Revolução Francesa e no Iluminismo, em que produção da autodeterminação e da autonomia individual e coletiva figuram como pontos centrais. No mesmo contexto, se coloca a oposição ao caráter laico do ambiente escolar, já que a democracia exige que o Estado se mantenha em posição equidistante em relação a quaisquer religiões. Em correspondência, repõe-se, apesar de avanços nas últimas décadas, a repressão sexual pela ignorância e pela interdição ao tema, aprisionando o corpo e reprimindo desejos.

Um exemplo é a enorme resistência ao material formativo anti-homofobia, ainda durante o primeiro governo de Dilma Rousseff – que, aliás, sucumbiu às exigências das bancadas religiosas do Congresso (SARDINHO, 2019) –, assim

⁹ [...] *den besseren Zustand aber denken als den, in dem ohne Angst verschieden sein kann.*

como as *fake news* que produziam imagens de práticas pedófilas para desacreditar o candidato Fernando Haddad nas eleições presidenciais de 2018. Destaque-se, ademais, a problemática produção em massa de imagens falsas e enunciações verbais de apoiadores da campanha vencedora, que se relacionavam a práticas de perversão. Esta foi, e ainda é, uma obsessão de seus produtores¹⁰.

O movimento ESP é uma tentativa, frequentemente bem-sucedida, de intimidação do pensamento nas salas de aula e em outros espaços escolares. Só em uma sociedade com forte tradição autoritária, onde a escola nunca foi parte de um projeto de nação, ele seria possível. Esse autoritarismo se atualiza em práticas de tempos em tempos, buscando na educação um lugar privilegiado para materializar-se. Os governos de exceção sempre encontram na infância a possibilidade de uma doutrinação. Em *O livro do riso e do esquecimento*, Milan Kundera (2008) narra um passeio com o pai enfermo em que ambos encontram crianças performando como militares mirins para homenagear um dos ditadores de plantão ao fim da Primavera de Praga. Kundera afirma que ali estava a confirmação de que as crianças representam, de fato, o futuro, mas porque o mundo inteiro se infantilizará. A juventude, por sua vez, com frequência oferece quadros dispostos a muita dedicação a causas extremas. Durante a ditadura civil-militar não foi muito diferente disso. Não é casual que a contrapartida da escola crítica seja a escola militar, incentivada como modelo pelo atual governo brasileiro.

6. Considerações finais

Para entender a agenda regressiva e as entranhas do movimento ESP é preciso, junto à análise de sua materialidade, observar algo das condições que as tornaram possíveis. Elas são o espírito e as práticas autoritárias da sociedade brasileira. Colocam-se aí dois processos singulares. O primeiro é a escolha da escola como destino, talvez porque a infância e a juventude alcançaram um status que nunca antes tiveram, ainda que com paradoxal protagonismo, uma vez que são apresentadas como vítimas da doutrinação ideológica, ou seja, como passivas no processo. O segundo é o uso de novas tecnologias, em especial os aparelhos celulares, por parte de um grande número de alunos, quando observamos, por exemplo, o incentivo para que os professores sejam filmados e denunciados em sua suposta doutrinação “homocomunista”. Os celulares, como novas próteses e com sua infinita capacidade de produzir imagens, devem ser considerados na formação de subjetividades reacionárias tanto quanto têm sido úteis na defesa de manifestantes que documentam, em manifestações políticas, ações arbitrárias e violentas das forças policiais.

É importante também entender o enorme trabalho político, paciente e eficaz, que setores religiosos reacionários vêm desenvolvendo – concretamente, sua teologia da prosperidade e o acolhimento contra um inimigo difuso, mas de grande força imaginária, o Demônio, seja na forma da ideologia de gênero, seja na do comunismo, das religiões de matriz africana etc. Tal movimento oferece acolhimento pessoal e assistência social, e seus adversários no campo religioso ficaram rarefeitos, uma vez que a Igreja Católica destruiu seus setores com compromisso social.

¹⁰ Esta é uma questão muito bem levantada por Ricardo Lísias (2020), cuja reflexão vai mais longe e parece convincente, mas que não posso, ainda, endossar ou dela discordar.

Adorno (1997d) escreveu que Adolf Hitler impôs um novo imperativo categórico, o de que Auschwitz não se repita. O atual momento político no Brasil nos impõe o combate da agenda regressiva, exigindo que observemos enfaticamente o que, em situação razoável, não poderia ser levada a sério. É bom que levemos.

Na já mencionada conferência destinada a estudantes na Áustria, em 1967, Adorno, depois de uma análise tão complexa como bem explicada, não deixa dúvidas: “como essas coisas andam, e como prosseguirão, isso é, em última instância, de nossa responsabilidade”¹¹ (ADORNO, 2019, p. 55, tradução minha). Seria bom que também essa assertiva a levássemos a sério.

Referências

AB'SABER, Tales. **Lulismo: carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2010. 104 p.

AB'SABER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015. 76 p.

ADORNO, Theodor W. **Kritik: kleine Schriften zur Gesellschaft**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1971.

ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado. *In*: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. p. 29-49. São Paulo: Paz e Terra, 1995a. (Tradução de Wolfgang Leo Maar Freitas; Organização de Gerd Kadelbach).

ADORNO, Theodor W. Tabus sobre o magistério. *In*: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. p. 97-117. São Paulo: Paz e Terra, 1995b. (Tradução de Wolfgang Leo Maar Freitas; Organização de Gerd Kadelbach).

ADORNO, Theodor W. *In*: ADORNO, Theodor W. **Gesammelte Schriften 8**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997a.

ADORNO, Theodor W. Ästhetische Theorie. *In*: ADORNO, Theodor W. **Gesammelte Schriften 7**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997b.

ADORNO, Theodor W. Kulturkritik und Gesellschaft. *In*: ADORNO, Theodor W. **Gesammelte Schriften 10-1**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997c.

ADORNO, Theodor W. Ästhetische Theorie. *In*: ADORNO, Theodor W. **Gesammelte Schriften 6**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997d.

ADORNO, Theodor W. **Minima Moralia. Reflexionen aus dem beschädigten Leben**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2001. 481 p.

ADORNO, Theodor W. A teoria freudiana e o padrão de propaganda fascista. *In*: ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. p. 153-189. São Paulo: Editora da Unesp, 2015. (Tradução de Verlaine Freitas).

ADORNO, Theodor W. **Aspekte des neuen Rechtsradikalismus**. Berlin: Suhrkamp, 2019. 87 p.

¹¹ *Wie diese Dinge weiter gehen und die Verantwortung dafür, wie sie weitergehen, das ist in letzter Instanz an uns.*

AGAMBEN, Giorgio. **Profanazioni**. Roma: Nottetempo, 2005. 116 p.

ARENDR, Hannah. The Crisis in Education. *In*: ARENDR, Hannah. **Between Past and Future**. Penguin: London, 1993.

BENJAMIN, W. Über den Begriff der Geschichte. *In*: BENJAMIN, Walter. **Illuminationen**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1977. (Ausgewählte Schriften 1).

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. (Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle).

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão**: a vida de Jair Bolsonaro no Quartel. São Paulo: Todavia, 2019. 256 p.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?**: a Bancada Evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 311 p.

FAUSTO, Ruy. **Caminhos da Esquerda**: elementos para sua reconstrução. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 189 p.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique**: cours au Collège de France (1978-1979). Paris: Gallimard/Seuil, 2004. 368 p.

FOUCAULT, Michel. **O enigma da revolta**. São Paulo: N-1, 2019.

GIDDENS, Anthony. **Beyond Beyond Left and Right**: The Future of Radical Politics. Londres: Polity, 2013. 286 p.

HOBBSAWM, Eric. **The Age of Extremes**: 1914-1991. Londres: Abacus, 2020. 640 p.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 554 p. (Edição Crítica).

KUNDERA, Milan. **O livro do riso e do esquecimento**. São Paulo: Companhia as Letras, 2008. 272 p. (Tradução de Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca).

LÍSIAS, Ricardo. **Diário da catástrofe brasileira**: Ano I – O inimaginável foi eleito. Rio de Janeiro: Record, 2020. 352 p.

LÖWY, Michael. Michael Löwy: “O Estado de exceção predomina. A democracia é que foi excepcional”. Entrevista ao Blog da Editora Boitempo. 30/05/2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/30/michael-lowy-o-estado-de-excecao-predomina-a-democracia-e-que-foi-excepcional/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MARCUSE, Herbert. **Conterrevolution and Revolte**. New York: Beacon Press, 1969. 152 p.

MOUFFE, Chantal. **For a Left Populism**. New York: Verso, 2018, 112 p.

ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. **Mana**. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, p. 477-509, 2008.

SARDINHO, Edson. Pressionado, governo suspende kit anti-homofobia. **Congresso em Foco**, 25/05/2011. Disponível em:

VAZ, A. F. *De uma agenda regressiva: o movimento Escola Sem Partido e o espírito do tempo*.

<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/pressionado-governo-suspende-kit-anti-homofobia/>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SCHWARZ, Roberto. **Seja como for**: entrevistas, retratos e documentos. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2019. 448 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia – pós-escrito (E-book). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TRAVERSO, Enzo. **The New Faces of Fascism**: Populism and the Far Right. New York: Verso, 2019. 208 p.

Agradecimentos

Leram e comentaram as diferentes versões deste texto Natan Schmitz Kremer, Núbia Almeida Lourenço, Antonio Jorge Gonçalves Soares e Mariana Toledo Borges (que também me ajudou na revisão de texto). Agradeço a todos, sem responsabilidade. Algumas das ideias aqui expostas foram antes apresentadas na UNESP de Araraquara, por ocasião do evento comemorativo dos 20 anos do GEP Teoria Crítica e Educação. O trabalho – que compôs minha tese para Professor Titular, defendida na UFSC em 18.02.2021, sob o título de *Esboços para uma Teoria Crítica do Presente: cultura, política, educação* – é resultado parcial do *Programa de Pesquisas Teoria Crítica, Racionalidades e Educação*, que conta com apoio do CNPq, na forma de uma bolsa de produtividade (Proc. 312749/2021-0) e de um auxílio pesquisa (Proc. 423773/2018-6).

Enviado em: 15/julho/2020 | Aprovado em: 14/setembro/2020